

Resenha: *Primitivos contemporâneos? A história do mito das diferenças*

KUPER, Adam. A Reinvenção da Sociedade Primitiva. Transformações de um Mito, Recife, Editora Universitária – UFPE, 2008, 338 p. ISBN: 9788573154818

Wagner Lins Lira¹

Publicado originalmente no ano de 1975 – pela revista britânica “*The invention of the primitive society*” - este livro do antropólogo Adam Kuper – traduzido para o português e publicado no ano de 2008 pela Editora Universitária da UFPE - é dividido em cinco partes, contendo ao todo onze capítulos, que narram a história das formas científicas de pensar a sociedade primitiva, cujo estudo teria feito da antropologia uma ciência legitimamente cartesiana na segunda metade do século XIX. A obra em si representa uma importante fonte de dados para os estudos sobre a teoria antropológica e os impactos sofridos pela disciplina no pós-colonialismo, representando - antes de tudo - uma crítica contundente à prática antropológica de sistematizar e mal interpretar outros povos, exotizando comportamentos e estigmatizando certas práticas ao longo de sua história. De acordo com Kuper, os antigos analistas estudaram inicialmente a mentalidade primitiva, especulando a origem das línguas e das “estranhas” religiões.

No primeiro capítulo intitulado: “*O mito da sociedade primitiva*”, ele nos mostra o histórico científico deste mito; a sociedade primitiva estudada pioneiramente pelas ciências jurídicas, que buscavam as origens da lei nas práticas das civilizações arcaicas, encaradas – ao longo do século XIX – como todos orgânicos. Tais sistemas primitivos eram considerados como sendo constituídos por grupos descendentes ou grupos familiares, que mantinham bens e mulheres em comum. Os principais autores que trabalharam com esta idéia no Reino Unido eram Edward Tylor e James Frazer. Tylor (1865) e Frazer (1887) concordavam que os clãs eram originalmente matriarcais, traçando descendência pela linhagem feminina. Os clãs mantinham propriedade em comum, entretanto o casamento era proibido entre os membros do mesmo clã, que era descendente de um deus animal ou vegetal, o que – para Kuper – representava um conceito débil de sociedade primitiva, pois apenas definiria um tipo de sociedade que

¹ Doutorando em Antropologia (PPGA- UFPE), pesquisador associado ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP) e ao Grupo de Estudos sobre Álcool e outras Drogas (GEAD). Contato: neoxamam@hotmail.com.

antecede as formas modernas.

Não seria possível alcançar um ponto singular de origem de nenhuma sociedade primitiva, pois as misturas e os contatos entre os povos teriam permitido profundas revoluções históricas e culturais. O estudo das sociedades primitivas seria ilusório, visto que as mesmas, não podem ser definidas perante os clássicos padrões classificatórios. Os clássicos definiram a sociedade moderna enquanto possuidora de estado territorial, família monogâmica e propriedade privada, que se opunha à sociedade primitiva, provavelmente nômade, ordenada por laços de sangue, promíscua e comunista. O tradicional seria submetido à religião e produzia mitos, enquanto o moderno era racional e produzia ciência. Charles Darwin (1871) acreditava que as variações ecológicas restringiam a organização social, além do que; na sociedade moderna, riqueza e poder eram herdados mesmo que os herdeiros fossem inaptos fisicamente. Ele observou que o avanço tecnológico anulava os efeitos da seleção natural entre humanos. A partir de Darwin (1871), tentou-se estabelecer a origem natural das espécies humanas, pois o mesmo acreditava que o homem havia emergido do baixo para o alto, obtendo conhecimento moral e religião.

No segundo capítulo - “*Bárbaros, selvagens, primitivos*” - Kuper faz um resgate destas três concepções potentes perante o estudo clássico dos primitivos. Cada homem chamava de bárbaro o que não era de sua prática. Surgiram diferenças entre homens que seguiam cultos supersticiosos e àqueles norteados pelos desígnios cristãos. A ausência de escrita distinguia os civilizados dos bárbaros que foram objetos de reflexão na Europa por quase dois milênios. Com o advento do Novo Mundo e a descoberta do Continente Americano, surgiu um novo personagem mais estranho e descrito como selvagem. Rústico, ele estava além dos limites da sociedade racional. O pensamento evolucionista afirmou que teria existido um avanço do estado inicial de selvageria, através da barbárie, para a condição civilizada. A razão foi encarregada de superar a tradição e o selvagem apareceu como antítese da civilização.

No terceiro capítulo – “*A teoria patriarcal de Henri Maine*” - Kuper faz um resgate histórico e crítico dos estudos sobre lei antiga, religiões primitivas e sistemas de parentesco. Maine (1861) acreditava que a sociedade antiga era um despotismo patriarcal no qual o indivíduo nada contava. A unidade dos primitivos era a família e a da sociedade moderna era o indivíduo. Os laços de sangue teriam sido substituídos por

lealdades territoriais. O contrato teria promovido uma dissolução da dependência da família e um crescimento da obrigação individual. Maine (1861) acreditava que todo homem antigo era controlado não por leis, mas por capricho. Os patriarcas foram substituídos por soberanos que alegavam estar com os deuses. Em seguida, a aristocracia substituiu os líderes divinos, monopolizando o conhecimento. Assim, os costumes passaram a ser registrados em códigos. Para Maine (1861), a propriedade era mantida em comum sob o controle do pai, que era sucedido pelo filho mais velho.

Fustel de Coulanges (1864) notou que as instituições primitivas repousavam sobre bases religiosas. As primeiras religiões foram cultos aos mortos, que se tornaram sagrados. Seus túmulos, os primeiros templos e os vivos forneciam-lhes comida e bebida. O pai seria o sacerdote e a congregação era a família. A religião não teria criado a família, mas a dotou com suas regras. Com o tempo, surgiram grupos maiores; os clãs, que continuaram inspirados no culto familiar e no sistema de direito privado. Os clãs teriam formado fratias, sendo cada fratria modelada com base na família e sua regra de descendência patrilinear. As fratias se uniram para formar tribos e as mesmas se juntaram e formaram cidades. Indivíduos não possuiriam direitos, estando suas vidas à disposição dos deuses e do estado. A religião familiar teria enfraquecido perante o desenvolvimento das leis, que se tornaram propriedades públicas. A lei deixou de ser sagrada e as instituições perderam o caráter religioso.

John Fergunson McLennan (1876) acreditava que os povos primitivos viviam em guerra e morte por recursos. Além disso, os primeiros sistemas de parentesco teriam se baseado nas relações consanguíneas via mulheres. Segundo McLennan (1865), a posse de propriedade tornou-se uma questão essencial, pois os homens desejariam deixar as propriedades para os filhos e os laços entre homens tornaram-se mais importantes do que os traçados pelas mulheres. O sistema de parentesco através das mulheres desapareceu sob influência da propriedade. McLennan (1876) concluiu que as tribos apareceram primeiro, depois os clãs e por fim a família. A tese matriarcal acabou assim se tornando ortodoxia.

No quarto capítulo: “*Lewis Henry Morgan e a Sociedade Antiga*”, Kuper revela as idéias evolucionistas de Morgan (1868) mediante o estudo dos primitivos, especialmente perante as investigações clássicas sobre parentesco e propriedade. Para Morgan (1851), a terminologia de parentesco refletia formas exóticas de casamentos

grupais, marcando ausência de afetos. A propriedade seria a essência da civilização e a história progressiva do homem era uma só. Conforme Morgan (1877), a família ariana representaria o produto final como o resultado do progresso humano. Superando o bando promíscuo, formas mais elaboradas de organização se desenvolveram de modo que o crescimento da propriedade acompanhou o desenvolvimento da família e do sistema político. A família não era uma instituição natural, mas produto de condições econômicas, sendo um modo de organizar propriedade. Antes do estado, os sistemas políticos se baseariam no parentesco.

Kuper dedica o quinto capítulo do livro às questões sobre o totemismo, fenômeno tido como universal entre as sociedades primitivas. Por volta da década de 1870, alguns intelectuais – principalmente McLennan, Tylor e Frazer- concordavam com alguns aspectos em comum. Tylor (1871) acreditava que os povos primitivos confundiam sonhos com experiências reais, denominando esse fenômeno de animismo. O sacrifício existia para que os deuses aproveitassem da carne e dos espíritos das coisas sacrificadas. Tecnologia, linguagem, mitos, códigos de conduta e crenças formavam um todo complexo denominado por Tylor (1866) de cultura.

Surgiu o desafio de relacionar as primeiras formas religiosas com as formas mais antigas de sociedade, o que favoreceu a elaboração do conceito de totemismo por McLennan (1869). Para ele, os primitivos veneravam fetiches animados por espíritos antropomórficos. O totemismo seria o fetichismo com certas peculiaridades. Os homens eram descendentes dos animais totêmicos e os casamentos só eram possíveis fora do grupo de descendência. Para Frazer (1894), o respeito era simbolizado por um tabu de matar e comer o totem, pois homens e totens eram seres da mesma espécie. Tylor (1889a) acreditava que o casamento entre primos cruzados seria resultado direto da forma mais simples de exogamia. A forma dual exogâmica poderia ser considerada a forma original, sendo a endogamia a política do isolamento. Neste sentido foi que a batalha pela sobrevivência pôde ser suavizada por um sistema de alianças.

Algumas exceções à regra – em relação às formulações teóricas sobre o totemismo – foram identificadas, principalmente na Austrália, onde os nativos não acreditavam que os totens tinham almas, não existindo restrições quanto a comer a carne do animal. Tylor (1899b) admitiu que o totemismo havia sido exagerado teologicamente, enquanto Frazer (1910) chegou a concluir que seria um erro falar de um

totem como sendo um deus e dizer que ele é adorado. Tanto a exogamia, quanto o totemismo podiam ser vistos separadamente nas sociedades primitivas, não estando conectados necessariamente. Emile Durkheim (1893) e Fustel de Coulanges (1894), por sua vez, insistiram que a religião era um reflexo da sociedade. A subordinação de caprichos individuais aos interesses grupais era o que Durkheim (1915) entendia por moralidade, cujas fontes se encontrariam na família e na religião.

O ponto de vista boasiano é abordado no sexto capítulo denominado “*Os boasianos e a crítica ao evolucionismo*”. Franz Boas, segundo Kuper, teria tido forte influência da tradição alemã, que acreditava no fato de que os contatos entre povos levavam a casamentos inter-grupais e à difusão de idéias, técnicas e instituições. Todas as culturas seriam produtos de intercâmbios e interações. Toda história era local e as culturas eram escritas sob a mesma base, identificada como unidade psíquica da espécie humana. Boas (1940) insistia no fato de que a mente não era determinada pelo ambiente, tendo a história um papel primordial na formação da psicologia dos povos. Seus fatos e dados refutavam as generalizações evolucionistas, principalmente no que tange às teorias de Morgan e aos modelos teóricos do totemismo. Boas (1889) também concluiu que o sistema de clã, totens e tabus não formava um sistema único, visto que, tais elementos podiam constar isolados um do outro. Fenômenos antropológicos semelhantes externamente seriam psicológica e internamente distintos, tendo a generalização científica uma função secundária.

No sétimo capítulo, “*De Rivers a Radcliffe-Brown*”, Kuper descreve os trabalhos de Rivers, Radcliffe-Brown e Malinowski diante dos estudos sobre sistemas de parentesco. Willian Rivers (1911) adotou o pressuposto alemão de que toda história era local, enquanto acreditava na improbabilidade de existir uma mudança na estrutura social sem ocorrer a fusão dos povos, além do que afirmava que o contato entre culturas favoreceria o progresso. Radcliffe-Brown (1914) teria tomado a importância central da família como condição dada, questionando os conceitos de clãs exogâmicos ao afirmar que o totemismo havia se expandido para fora do valor ritual. Já Bronislaw Malinowski (1927) observou que as relações de famílias existiam em todas as sociedades. Na melanésia, o clã seria uma extensão das relações entre pais e filhos. Os laços de família estariam em conflito com as relações de grupos, pois as pessoas eram direcionadas por seus interesses e não pela submissão a autoridades. Os indivíduos prestavam um falso

serviço à moralidade pública do clã ao dizer uma coisa e fazer outra.

A teoria da descendência – desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial – é apresentada por Kuper no oitavo capítulo intitulado “*A teoria da descendência: uma fênix das cinzas*”. Aqui o autor nos mostra que Meyer Fortes e Edward Evans-Pritchard afirmaram que as sociedades sem estado se baseavam no parentesco. Evans-Pritchard (1940) acreditava que a estrutura social seria representada por todas as relações entre grupos de pessoas num sistema unificado. Entre os Nuer, por exemplo, o sangue e a terra eram dois lados da mesma moeda. Eles teriam se organizado em clãs e estariam desenvolvendo um sistema político baseado em grupos territoriais. Clã, território, sangue e terra operavam juntos. Fortes (1945) acreditava que a estrutura social dependia de um sistema de valores. O equilíbrio de uma sociedade primitiva residiria em seu repertório de valores culturais. As redes de vínculos ligariam os indivíduos entre fronteiras e ajudariam a dar sustento à própria estrutura política. Ele concordou com Malinowski (1927) – ao observar os Tallensi – que o clã e a família co-existiam, mas funcionavam sob tensão recíproca.

A teoria da descendência foi confrontada pelo modelo de Lévi-Strauss por uma teoria da aliança, que é apresentada por Kuper no nono capítulo: “*Rumo ao intelecto: a teoria da aliança e o totemismo*”. Os experimentos de Lévi-Strauss tentaram submeter a filosofia a exames empíricos, observando - entre os Nambiquara – que as pessoas imaginavam que viviam numa relação recíproca com o natural e o sobrenatural. A reciprocidade seria o fundamento de todas as relações sociais em todos os povos. O tabu do incesto seria a principal norma, obrigando as pessoas a participarem de todas as trocas. Para Lévi-Strauss (1949), por trás da irracionalidade das práticas nativas, podia-se identificar um tipo de razão interna. A tendência de formar oposições binárias refletia uma disposição do cérebro. As coisas estudadas pelos antropólogos seriam produções simbólicas coletivas e estas coisas seriam governadas por uma estrutura inconsciente de fatores contrastantes, determinada por disposições cerebrais.

Os antropólogos deveriam compreender a troca como um aspecto de uma estrutura total de reciprocidade. As instituições de parentesco eram mecanismos que asseguravam a troca de mulheres através do matrimônio. Dessa forma, Lévi-Strauss (1949) foi capaz de oferecer uma teoria que dava conta da exogamia, da organização dual e do casamento entre primos cruzados. Entretanto, ele alertou para o fato de que

em sociedades complexas, as escolhas pessoais tinham que ser analisadas, pois mesmo aqui existiria um padrão. A aliança nada mais seria do que uma troca entre dois ou mais grupos. Lévi-Strauss (1962) lembrou que os vários fatores associados ao totemismo nem sempre ocorriam juntos, além do que; uns dos primeiros atos intelectuais humanos teriam sido a classificação e a distinção humana do mundo natural. Partindo dessa premissa, ficou difícil de conceber a afirmação de que os nativos se identificaram com os seres naturais, pois o pensamento selvagem classificaria os grupos sociais e as espécies naturais ao mesmo tempo e em relação recíproca.

Nos dois últimos capítulos – décimo e décimo primeiro; “*O retorno do Nativo*” e “*Conclusão*” – Kuper analisa os impactos atuais do conceito de sociedade primitiva mediante os debates acerca dos povos nativos e sua situação contemporânea. Relegados às reservas territoriais, os nativos pareciam fadados à extinção. Segundo Kuper, todos os povos colonizados foram sujeitos a uma variedade de pressões, de forma que eles nunca se mantiveram estáveis. Sendo assim, seria impossível retornar ao estado pré-colombiano por natureza. Os programas sociais que visam melhorias na qualidade de vida dos nativos – para Kuper – ainda alimentariam apelos racistas, favorecendo ou excluindo povos e pessoas. As linhas de argumento usadas para justificar reivindicações de territórios étnicos ainda estariam fundadas em noções antropológicas obsoletas e em visões etnográficas falsas e românticas, inspiradas no mito antropológico da sociedade primitiva, cujas concepções clássicas precisam ser relativizadas em seus limites colonialistas, cabendo aos antropólogos do mundo contemporâneo uma reformulação contínua de seus conceitos operacionais a partir de uma profunda hermenêutica da prática científica, inspirada na desmistificação fenomenológica do estranho, do exótico e do selvagem em tempos pós-modernos.

Referências:

BOAS, F. 1889. “First General report on the Indians of British Columbia”. In: Report of the BAAS, (pp.801-893).

_____. 1940. *Race, Language and Culture*. New York, Free Press.

DARWIN, C. 1871. *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex*. John Murray

Press, London.

DURKHEIM, E. 1893. *De la division du travail social*. Ed. PUF, Paris.

_____. 1915. *The Elementary Forms of the Religious Life*. Alien & Unwin Press, London.

EVANS-PRITCHARD, E. E. 1940. *The Nuer: a Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People*. Clarendon Press, Oxford.

FORTES, M. 1945. "An anthropologist's point of view". In: Rita Hinden (ed) *Fabian Colonial Essays*, Alien & Unwin Press, London.

FRAZER, J. G. 1887. *Totemism*. Adam & Charles Black Press, Edinburgh.

_____. 1894. "William Robertson Smith". In: *The Fortnightly Review* n. IV, London.

_____. 1910. *Totemism and Exogamy: a Treatise on Certain Early Forms of Superstition and Society*. Macmillan Press, London.

FUSTEL DE COULANGES, N. D. 1864. *La Cité Antique: Étude sur Le culte, droit, les institutions de La Grece et de Rome*. Durand Ed., Paris.

LÉVI-STRAUSS, C. 1949. *Les structures élémentaires de la parenté*, Paris.

_____. 1962. *Totemism*. Merlin Press, London.

MAINE, H. S. 1861. *Ancient Law*. John Murray Press, London.

MALINOWSKI, B. 1927. *The Father in Primitive Psychology*. Routledge & Kegan Paul Press, London.

MCLENNAN, J. M. 1865. *Primitive Marriage: an Inquiry into the Origin of the Form of Capture in Marriage Ceremonies*. Adam & Charles Black Press, Edinburgh.

_____. 1869. “*The worship of animals and plants*”. In: *The Fortnightly Review*, n. 06, London, (pp. 407-582).

_____. 1876. *Studies in Ancient History*. Quaritch Press, London.

MORGAN, L. H. 1851. *League of the Ho-de-no-sau-nee, or Iroquois*. Sage & Bross Press, New York.

_____. 1868. *The American Beaver and his Works*. PA, J. Lippincott, Philadelphia.

_____. 1877. *Ancient Society: Researches in the Lines of Human Progress from Savagery through Barbarism to Civilization*. Holt Press, New York.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Review of the Family among the Australian Aborigines* by B. Malinowski. *Man* n. XIX, v. 16 (pp.02-31).

RIVERS, W. H. R. 1911. “The ethnological analysis of culture, presidential address to Section H of the British Association for the Advancement of Science”. In: *Nature*, n.87, London (pp. 60-356).

TYLOR, E. B. 1865. *Researches into the Early History of Mankind and the Development of Civilization*. John Murray Press, London.

_____. 1866. “The Religion of savages”. In: *The Fortnightly Review*, n. 06, London, (pp.71-86).

_____. 1871. *Primitive Culture*. John Murray Press, London.

_____. 1899a. "On a method of investigating the development of institutions; applied to laws of marriage and descent". In: *Journal of the Anthropological Institute*, n. 18, London (pp. 72- 245)

_____. 1899b. "Remarks on totemism, with especial reference to some modern theories respecting it". In: *Journal of the Anthropological Institute*, London (pp. 48-138).